

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.415 - DF (2016/0005483-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : SUELHA RODRIGUES FERREIRA DE FUSARO
RECORRENTE : IONE RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADO : DILSON CARVALHO DA CUNHA - DF019396
RECORRIDO : BIAGIO SANTORO - ESPÓLIO
REPR. POR : JOSE DE AGUIAR SANTORO - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MARCELO MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF014304
AGRAVANTE : ALISSON HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JULIANA MARTINS RABELO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : ALEXANDRE ALVES DE CARVALHO E OUTRO(S) - DF031099
PAULO ROBERTO RESENDE BOAVENTURA - DF029299
AGRAVADO : BIAGIO SANTORO - ESPÓLIO
REPR. POR : JOSE DE AGUIAR SANTORO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : WALTER DE CASTRO COUTINHO - DF005951
MARCELO MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF014304
INTERES. : GIAN CARLO FABIAN FUSARO GIL
ADVOGADOS : DILSON CARVALHO DA CUNHA - DF019396
VIVIAN MIRANDA BISPO DA PAZ - DF035646
INTERES. : DIEGO HENRIQUE FERREIRA DE ARAÚJO
INTERES. : LEONARDO DI PASTENA
INTERES. : BRENO LAURINDO FERREIRA DE ARAÚJO
INTERES. : DIEGO DI PASTENA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONHECIMENTO. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ÁREA PÚBLICA DISPUTADA ENTRE PARTICULARES. POSSIBILIDADE DO SOCORRO ÀS DEMANDAS POSSESSÓRIAS. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

ESPÓLIO DE BIAGIO SANTORO, representado por seu inventariante José de Aguiar Santoro, (ESPÓLIO DE BIAGIO) ajuizou ação de reintegração de posse contra IONE RODRIGUES FERREIRA (IONE) alegando que o Biagio adquiriu, aos 4/7/89, por força de instrumento de procuração outorgado por Milton Lourenço Luiz, a Chácara 323, localizada na Colônia Agrícola Vicente Pires, situada em Taguatinga/DF, contendo 25.000 mts².

Aduziu que nesse mesmo documento Biagio substabeleceu os poderes

Superior Tribunal de Justiça

relativos aos direitos, por ele mantidos, para a Fundação Zoobotânica do DF, sendo que aos 2/4/01 requereu autorização da mencionada fundação para edificar uma casa de alvenaria na propriedade, salientando que os recursos para a construção seriam doados por seu pai, Sebastiano Santoro.

Afirmou que o Biagio residiu no imóvel até seu falecimento ocorrido aos 2/8/91, sendo que quando da abertura de seu inventário se descobriu que mencionado imóvel havia sido alvo de grilagem e desmembramento promovido por Iva Rodrigues Ferreira.

Sustentou que ajuizou ação cautelar de sequestro do mencionado imóvel que foi julgado procedente para reconhecer o inventariante como fiel depositário do bem.

Informou que está caracterizado o esbulho possessório praticado por IONE porque por meio de laudo de vistoria realizado nos autos da ação de protesto contra alienação de bens ajuizada por José, inventariante de Biagio, foi apurado que mencionada chácara havia sido dividida em 21 lotes, sendo ela ocupa um desses lotes (LOTE 19), objeto da presente ação, de forma indevida.

Por força de determinação judicial foram incluídas no polo passivo da presente ação SUELHA RODRIGUES e IVONE RODRIGUES FERREIRA, que contestaram a ação (e-STJ, fls. 156 e 163/169).

IONE foi excluída do polo passivo da ação (e-STJ, fl. 188).

Também foram incluídos no polo passivo, por determinação judicial, GIANCARLO FABIAN FUSARO GIL, esposo de SUELHA, e DIEGO DE PASTENA, marido de IVONE (e-STJ, fl. 240).

O ESPÓLIO DE IVONE foi incluído no polo passivo em virtude de seu falecimento (e-STJ, fl. 272).

ALISSON RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA e JULIANA MARTINS RABELO DE OLIVEIRA (ALISSON e JULIANA) requereram o ingresso no feito, sendo que foi deferido na condição de terceiros interessados/assistentes dos réus, por serem os atuais ocupantes do Lote 19-A (e-STJ, fls. 471).

Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente para determinar a reintegração de posse do imóvel localizado na Colônia Agrícola Vicente Pires, Chácara 323, lote 19 e seu eventual subparcelamento, nas mãos do ESPÓLIO, concedendo prazo de 15 dias para desocupação voluntária, sob pena de desapossamento forçoso. Na ocasião, os réus foram condenados ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em R\$ 5.000,00, observada a gratuidade de justiça concedida à SUELHA.

Superior Tribunal de Justiça

Tanto ALISSON e JULIANA, quanto SUELHA e IONE apelaram, sendo que o Tribunal Estadual negou provimento a ambos os recursos, nos termos do acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRELIMINAR REJEITADA. CONFLITO ENTRE PARTICULARES SOBRE TERRA PÚBLICA. ANÁLISE DA MELHOR POSSE. ESBULHO COMPROVADO. LITIGIOSIDADE NOTÓRIA ANTES DA CESSÃO DE DIREITOS. BOA -FÉ AFASTADA. DIREITO À MORADIA. LIMITES CONSTITUCIONAIS. SENTENÇA MANTIDA.

1. A despeito de não existir posse em terra pública, o conflito entre particulares relativo à situação de fato de detenção sobre o bem é passível de ser dirimido pela Via dos interditos possessórios, sob pena de violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Preliminar rejeitada.

2. Sendo inequívoca a existência da posse anterior, a prática de esbulho pela parte ré e a perda da posse, merece ser mantida a sentença que julgou procedente o pedido de reintegração de posse.

3. Não prospera a afirmação dos réus de que desconheciam qualquer vício à aquisição do imóvel e que o ocupavam de boa -fé, especialmente quando constatada a existência de decisão judicial de sequestro e de protesto contra alienação do bem, dando publicidade à litigiosidade da coisa.

4. Eventual direito à meação do imóvel deve ser tratado em autos próprios (processo de inventário), uma vez que o direito sucessório, relacionado ao domínio, não se confunde com a ação possessória.

5. O direito à moradia possui limites constitucionais, tais como o direito à propriedade de outrem, não podendo ser invocado para justificar o esbulho de área não abandonada.

6. Recursos não providos (e-STJ, fls. 860/861).

Inconformados, ALISSON e JULIANA interpuseram recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 267, VI e 927, I, ambos do CPC/73 ao sustentarem a impossibilidade jurídica do pedido porque terras públicas não podem ser objeto de reintegração de posse, ainda que entre particulares.

Também irresignados, SUELHA e IONE apresentaram apelo nobre com base no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 925 e 927, II, do CPC/73, ao sustentarem que (1) não foram demonstradas a posse do autor da herança anterior ao pedido de reintegração e o esbulho praticado; (2) o acórdão recorrido não levou em

Superior Tribunal de Justiça

consideração a extinção dos efeitos da procuração diante da morte do outorgado; e, (3) a impossibilidade jurídica do pedido por se tratar de terras públicas.

O apelo nobre interposto por SUELHA e IONE foi admitido.

Já recurso especial interposto por ALISSON e JULIANA teve seu seguimento denegado, pelo Tribunal Distrital, em virtude do reconhecimento da deserção na medida em que não houve o recolhimento do porte de remessa e retorno dos autos, mesmo após a abertura de prazo para sua regularização.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, ALISSON e JULIANA sustentaram que (1) a intimação para recolhimento da complementação não se deu de forma clara na medida em que não indicou qual o valor exato a ser recolhido e nem a que título; e, (2) em processos encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, de forma eletrônica, é dispensado o recolhimento do porte de remessa e retorno dos autos, nos termos da Resolução nº 3 de 05 ed fevereiro de 2015, já em vigor quando da interposição do recurso especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 968/978).

É o relatório.

Decido.

O agravo em recurso especial merece ser conhecido.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo em recurso especial e tendo em vista que ALISSON e JULIANA demonstraram a incorreção da decisão que negou seguimento ao seu apelo nobre, para melhor análise da controvérsia, conheço do agravo e passo ao exame do apelo nobre por eles interposto.

Na qualidade de assistentes, ALISSON e JULIANA alegaram a violação dos arts. 267, VI e 927, I, ambos do CPC/73, diante da impossibilidade jurídica do pedido porque terras públicas não podem ser objeto de reintegração de posse, ainda

Superior Tribunal de Justiça

que entre particulares.

Contudo, melhor sorte não socorre ao presente recurso.

Como visto, a questão controvertida diz respeito à disputa de proteção possessória entre particulares, tendo como objeto imóvel público.

O Tribunal Distrital, no julgamento dos recursos de apelação interpostos por ambas as partes, entendeu pela possibilidade jurídica do pleito de proteção possessória sobre imóvel público porque a disputa da posse é realizada entre particulares, a saber:

Quanto à tese de impossibilidade jurídica do pedido, rejeito-a de pronto. Deveras, a despeito de não existir posse em terra pública, o conflito entre particulares relativo à situação de fato de detenção sobre o bem é passível de ser dirimido pela via dos interditos possessórios, sob pena de violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Nesse sentido, é exemplar o seguinte precedente:

[...]

O inconformismo dos apelantes não prospera.

Com efeito, estabelece o Código de Processo Civil, em seu artigo 926, que o possuidor tem o direito de ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado no caso de esbulho.

O artigo subsequente, a seu turno, resume os requisitos indispensáveis à concessão da reintegração da posse, a saber, a inequívoca existência da posse anterior, a prova do esbulho praticado pelo réu, da perda da posse e da data do esbulho.

Na verdade, o essencial para a concessão da medida possessória é a comprovação da posse e do ato que a ameaça ou a viola.

Nesse sentido, aliás, caminha a jurisprudência, senão vejamos:

[...]

No caso concreto, há provas do efetivo exercício da posse do imóvel ora em discussão pelo falecido Biagio Santoro, bem como do esbulho perpetrado pela parte ré, desincumbindo-se, pois, o espólio autor do ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito (artigo 333, I do CPC). Deveras, constam dos autos a procuração em que o Sr. Milton Lourenço Diniz outorgou poderes a Biagio Santoro referentes à posse sobre a chácara 323 da Colônia Vicente Pires (fls. 13/14), a autorização da Fundação Zoobotânica para edificar a casa de alvenaria no referido lote (fl. 16), bem como o cadastro de produtor rural, onde o requerente consta como possuidor da área (fl. 19).

O depoimento da testemunha Helenice Franco Pacheco (fl. 425 dos autos em apenso - processo nº 2005 07 1 002411-8), ademais, confirmou que o Sr. Biagio Santoro exercia a posse sobre o bem antes do seu falecimento. A propósito, confira-se o seguinte

Superior Tribunal de Justiça

trecho do depoimento:

[...]

Por outro lado, o esbulho praticado pelos ora apelantes é manifesto.

De fato, desde o ano de 1991, existiam ações de sequestro (autos nº 14.887/91) e de protesto contra a alienação de bens (autos nº 18.241/91), as quais deram publicidade à litigiosidade da chácara ora reivindicada.

Ou seja, muito antes de os ora apelantes terem firmado o contrato de cessão de direitos sobre o bem já era notória a ocorrência do seu indevido parcelamento e apossamento, de modo que não podem, agora, invocar o desconhecimento desse vício e a boa-fé da posse.

[...]

Assim, é evidente que a posse do espólio é melhor do que a pretendida pelos ora apelantes, merecendo, pois, somente aquela proteção jurídica (e-STJ, fl. 865/869)

No caso dos autos, embora não se possa falar em posse sobre bem público, mas mera detenção, quando a disputa se dá entre particulares é possível a garantia pela proteção possessória à parte que demonstrar sua autorização para ocupar o bem.

Sobre o tema, deve-se distinguir duas situações: uma em que o particular invade imóvel público e busca proteção possessória contra o próprio ente estatal e outra em que dois particulares litigam para ver quem possui direito para permanecer nesse bem público.

Nessa ordem de ideias, forçoso concordar com o Tribunal Distrital no sentido de que, ainda que a posse não possa ser oposta ao ente público, senhor da propriedade do bem, ela pode ser oposta contra outros particulares.

Os interditos possessórios são, portanto, adequados à discussão da melhor posse entre particulares, ainda que relativamente a terras públicas.

Esse inclusive, é o posicionamento predominante nesta Corte:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO EM AUTOS DE INVENTÁRIO. IMÓVEL PERTENCENTE À TERRACAP. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. DISPUTA ENTRE PARTICULARES. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Embora não se possa falar em posse, mas mera detenção quanto ao bem público, no caso em que a disputa ocorre entre particulares, é possível se garantir uma proteção possessória àquele que demonstra estar autorizado a ocupar o bem.

2. Realmente, são duas situações que devem ter tratamentos bem distintos: aquela em que o particular invade imóvel público e almeja proteção possessória em face do ente estatal e a disputa possessória entre particulares no tocante a bem público. **No último caso, é possível o manejo de interditos possessórios, em que pese a posse dos litigantes estar situada em bem público.**

3. **No caso dos autos, em que a disputa da posse ocorre entre particulares a respeito de bem incluído em inventário, tem-se por juridicamente possível o pedido de proteção possessória formulado pelo embargante, ocupante do imóvel público.**

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1324548/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 18/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ÁREAS PÚBLICAS DISPUTADAS ENTRE PARTICULARES. POSSIBILIDADE DO SOCORRO ÀS DEMANDAS POSSESSÓRIAS.

1. A ocupação de área pública, sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, não pode ser confundida com a mera detenção.

2. Aquele que invade terras e nela constrói sua moradia jamais exercerá a posse em nome alheio. Não há entre ele e o proprietário ou quem assim possa ser qualificado como o que ostenta jus possidendi uma relação de dependência ou subordinação.

3. **Ainda que a posse não possa ser oposta ao ente público senhor da propriedade do bem, ela pode ser oposta contra outros particulares, tornando admissíveis as ações possessórias entre invasores.**

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1.484.304/DF, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 10/03/2016, DJe 15/03/2016)

RECURSO ESPECIAL. POSSE. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BEM PÚBLICO DOMINICAL. LITÍGIO ENTRE PARTICULARES. INTERDITO POSSESSÓRIO. POSSIBILIDADE. FUNÇÃO SOCIAL. OCORRÊNCIA.

1. Na ocupação de bem público, duas situações devem ter tratamentos distintos: i) aquela em que o particular invade imóvel público e almeja proteção possessória ou indenização/retenção em face do ente estatal e ii) as contendas possessórias entre particulares no tocante a imóvel situado em terras públicas.

2. **A posse deve ser protegida como um fim em si mesma, exercendo o particular o poder fático sobre a res e garantindo sua função social, sendo que o critério para aferir se há posse ou detenção não é o estrutural e sim o funcional. É a afetação**

Superior Tribunal de Justiça

do bem a uma finalidade pública que dirá se pode ou não ser objeto de atos possessórios por um particular.

[...]

4. É possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse.

[...].

9. Recurso especial não provido.

(REsp 1.296.964/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, j. 18/10/2016, DJe 7/12/2016, sem destaque no original)

Dessa forma, incide, ao caso a Súmula nº 568 desta Corte.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, §5, do NCPC c.c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016) **CONHEÇO** do agravo em recurso especial para **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo nobre.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator